



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR

Processo nº: **3001484-96.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Crimes Ambientais - Da Poluição**
 Documento de Origem: **IP - 248/2013 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **MITSUO INOUE e outro**
 Vítima: **Meio Ambiente**

Aos 22 de outubro de 2014, às 14:45h, na sala de audiências da(o) 1ª Vara Criminal, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). **Antonio Benedito Morello**, foi aberta a audiência preliminar. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes. Presente o(a) Promotor(a) de Justiça, **Dr. Marcos Roberto Funari**, compareceu o(a) autor(a) dos fatos Mitsuo Inouye, por si e representando a empresa Auto Posto Borba Gato de São Carlos Ltda, acompanhado do defensor Dr. Jorge Luiz Bianchi OAB 91.164. Pelo Dr. Promotor de Justiça foi dito que a questão civil está sendo apurada em inquérito civil, que tramita na Promototia de Meio Ambiente, e lá será resolvida. Quanto à criminal, como já posto na manifestação de fls. 616/618, oferecia proposta de transação penal consistente em prestação pecuniária, em favor de entidade assistencial, sendo de três salários mínimos para a Empresa Auto Posto Borba Gato de São Carlos Ltda e de dois salários mínimos para seu administrador Mitsuo Inouye. Pelo autor do fato e empresa, assistidos do defensor, foi dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. O M. M. Juiz decidiu: Vistos. Trata-se da prática infracional dos artigos 60 e 68 do Código Penal. O Ministério Público propôs a aplicação imediata de pena pecuniária, que foi aceita pelos acusados. Posto isto, considerando que estão preenchidos os requisitos previstos na Lei 9.099/95, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO e aplico ao infrator **Mitsuo Inouye** a pena pecuniária consistente no pagamento de **dois salários mínimos** e à empresa **Auto Posto Borba Gato de São Carlos Ltda** a pena pecuniária de três salários mínimos, penas estas que serão revertidas à entidade pública ou privada com destinação social, **devendo o valor mencionado ser depositado na conta judicial nº 3900128905877, junto à agência do Banco do Brasil nº 5965-X – Fórum de São Carlos, especialmente aberta para esta finalidade, devendo o comprovante de depósito ser entregue no cartório do 1º Ofício Criminal de São Carlos, dentro do prazo de trinta (30) dias**, por terem infringido os artigos 60 e 68 do Código Penal. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Eliane Cristina Bertuga, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

Juiz de Direito:

Promotor de Justiça:

Autor do fato:

Advogado: